Sarney aperta o cerco, parlamentaristas recuam

O Palácio do Planalto fechou o cerco contra o parlamentarismo. Ontem, o presidente Sarney promoveu mais de uma reunião para debater o problema e montar uma estratégia para desmantelar a proposta apresentada pelo relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, antes mesmo que ela chegue a plenário para ser votada.

Para derrubar a proposta, o presidente da República tentará persuadir os constituintes sobre as dificuldades que poderão surgir com a mudança de sistema de Governo, principalmente porque, de acordo com a proposta, o presidente da República seria eleito para um mandato de cinco anos e os parlamentares para quatro anos. Esse desencontro poderia gerar crises institucionais, acredita o presidente da República.

A mais de um interlocutor a quem concedeu audiência ontem, entre eles o senador Marco Maciel, presidente do PFL, o presidente Sarney fez uma queixa: ele não foi consultado previamente sobre a intenção de Bernardo Cabral em mudar o sistema de Governo. E o presidente da República está convencido de que a proposta foi introduzida no projeto simplesmente para homenagear o senador Afonso Arinos, presidente da Comissão de Sistematização e parlamentarista convicto.

Reuniões

As reuniões entre Sarney e seus próximos assessores se estenderam por boa parte do dia, chegando inclusive a retardar a agenda. De manhã, depois da solenidade do Dia do Soldado, Sarney recebeu, no Palácio da Alvorada, o relator Bernardo Cabral. Foi uma longa conversa. Sarney esteve também com o governador Moreira Franco, do Rio de Janeiro, que vai trabalhar junto a sua bancada para aprovar o presidencialismo.

No final da tarde, o presidente da República reuniu-se sucessivamente com o consultor-geral da República, Saulo Ramos e com o chefe do Gabinete Civil, Costa Couto. Depois, chegou o senador Marco Maciel, para a última audiência. Sarney retornou então ao Palácio da Alvorada para continuar reunido com Saulo Ramos e Costa Couto.

Antes de se reunir com o Presidente, o ministro Costa Couto conversou com os jornalistas informando que Sarney só tem três alternativas: "Diálogo, entendimento e até persuação". Costa Couto disse ainda que "não há segurança com relação à posição hegemônica favorável ao parlamentarismo". Informou o ministro que "dentro do PMDB prevalece o presidencialismo". Ele não soube, entretanto, afirmar qual o percentual peemedebista favorável à manutenção deste sistema.

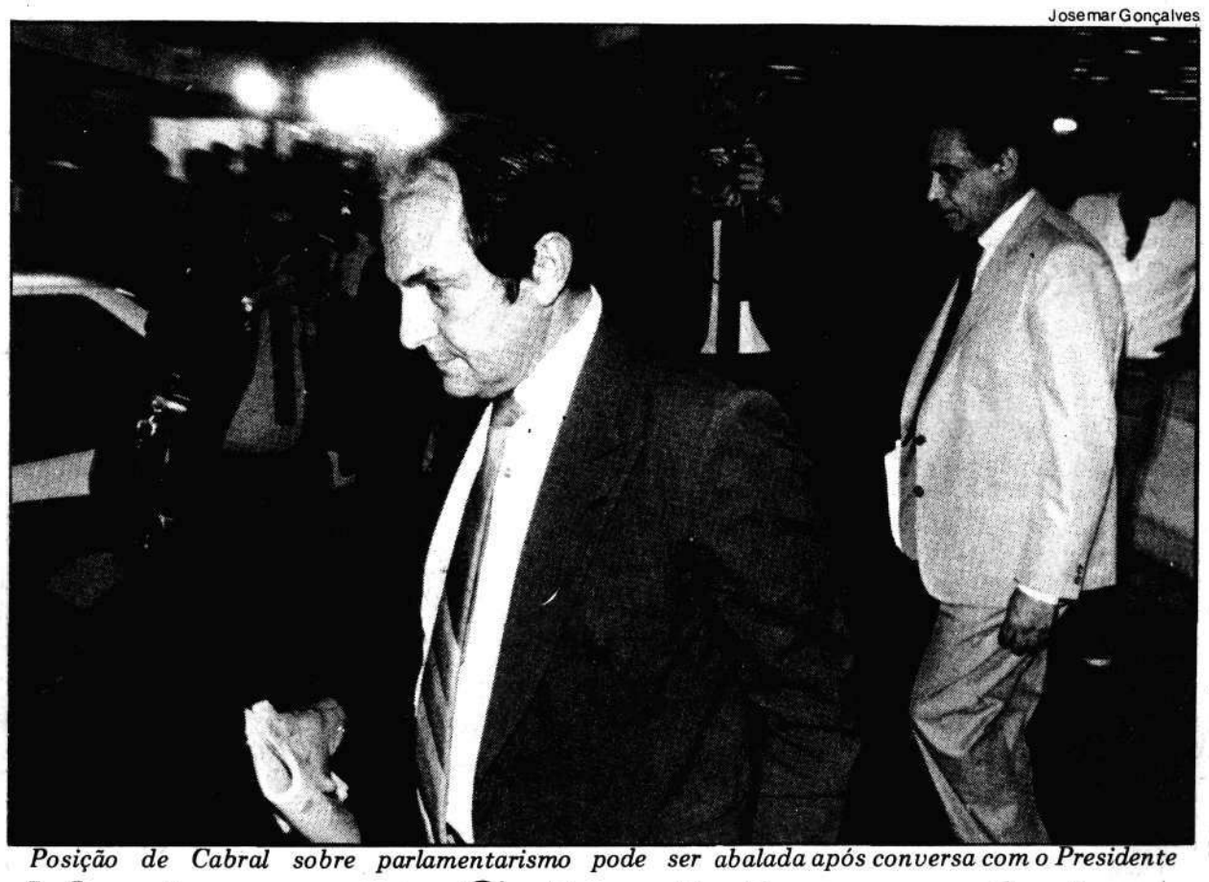
Contatos

Sarney está mantendo contatos telefônicos com os parlamentares do PMDB, enquanto Marco Maciel faz o mesmo com os pefelistas. Maciel também acredita que a maioria da Assembléia Constituinte é presidencialista mas, o trabalho de convencimento, em sua opinião, é "necessário" porque a proposta "se encontra no parecer".

Disse ainda o presidente da Frente Liberal que 80% dos parlamentares de seu partido votam contra o parlamentarismo.

Apesar da certeza de que a tese presidencialista prevalecerá no plenário, o senador não descarta a possibilidade de o Governo tentar um acordo com a esquerda para derrubar a mudança de sistema de Governo.

Josemar Gonçalves



Posição de Cabral sobre parlamentarismo pode ser abalada após conversa com o Presidente

Pressão pessoal reabre discussão

A pressão pessoal e direta do presidente José Sarney reabriu no restrito grupo que está redigindo o anteprojeto de Constituição, a ser submetido hoje à tarde a Comissão de Sistematização, a discussão em torno do sistema de governo.

Até ontem pela manhã, apesar das divergências, estava acertado que o relator, deputado Bernardo Cabral, adotaria a fórmula de parlamentarismo puro elaborada pelo senador Afonso Arinos. No início da tarde, essa certeza começou a ser abalada após uma conversa de Sarney com Cabral. Os rumores e as especulações na Constituinte cresceram muito. No final da tarde, o senador José Inácio, relator-adjunto, confirmou: "A questão está de novo em aberto".

No início da noite, os partidários dos dois sistemas de governo passaram a se articular intensamente tentando incluir suas propostas no relatório de Cabral. Além das fórmulas que mantêm o presidencialismo ou introduzem o parlamentarismo puro, ressurgiu a do parlamentarismo híbrido, que constou do relatório do senador José Fogaça (PMDB-RS) na subcomissão do Poder Executivo. O deputado Luiz Henrique, líder do PMDB na Câmara, um de seus mais ardorosos defensores, insistia na sua adoção junto à cúpula do partido.

Definição

As principais lideranças do PMDB esperavam ontem à noite chegar a uma definição durante esta madrugada ou, no mais tardar, hoje de manhã. O senador José Inácio afirmou que a conversa entre o presidente Sarney e o deputado Bernardo Cabral "não significou um retrocesso na posição já definida de opção pelo parlamentarismo, mas reabriu a discussão sobre o sistema de governo". Em sua avaliação, a emenda Afonso Arinos ainda era a preferida antes das negociações previstas para a madrugada. Ressalvou, porém: "Mas tudo pode acontecer até de manhã".

Na realidade, a reabertura da discussão sobre o sistema de governo trouxe, junto, outra questão: a duração do mandato do presidente José Sarney. Estava certo até ontem que o relatório proporia os cinco anos e o parlamentarismo. Mas, com a rediscussão do segundo ponto, os partidários do mandato de quatro anos voltaram à carga.

Questões

Cinco questões polarizavam ontem à noite as inúmeras negociações entre os constituintes: a reforma agrária, a anistia aos militares, a fixação do mandato presidencial, o sistema de governo e, no caso de uma opção parlamentarista, o início de sua vigência.

O Planalto estava jogando tudo para reverter a tendência parlamentarista de Cabral e da própria Constituinte. O senador Maurício Correia, auxiliar de Cabral, afirmou à noite: "O Governo tem força, cargos e empréstimos. E está usando tudo para manter o presidencialismo". Outra fonte de pressão, especialmente em relação à anistia, mas que influía também a definição do sistema de governo, era a da cúpula das Forças Armadas. Um amigo do relator, que pediu para não ser identificado, comentou: "Eu não gostaria de estar em sua pele. Ele está sofrendo pressões terríveis".

Moreira quer um plebiscito sobre sistema

O governador Moreira Franco, do Rio, após conversar com o presidente José Sarney, no Palácio do Planalto, apontou a convocação de um plebiscito nacional como a solução mais viável para resolver o impasse, «se porventura os constituintes entenderem que o parlamentarismo é a melhor forma de governo para o País». Moreira Franco preferiu não detalhar sua conversa com o Presidente, mas adiantou que o sistema de Governo é «um problema importante e que afeta toda a Nação».

Segundo o Governador, a questão do déficit público também foi discutida, ressalvando, no entanto, que os Estados «não têm responsabilidade direta» no problema. «No caso do Rio de Janeiro, especificamente, a presença da União se faz, basicamente, através de bancos com verbas orçamentárias para aplicação. Como esses recursos para investimento no Estado são orçamentários, não provocam sangrias na receita da União», explicou Moreira Franco.

Já o problema da segurança pública no Rio de Janeiro, que o incomoda desde o início de seu mandato, não foi tratada com o Presidente, segundo afirmou. O governador do Rio admitiu, no entanto, que a gravidade da situação é «ainda maior do que pensava». «O crime organizado está bem armado e se desenvolveu durante anos de absoluta cumplicidade com as autoridades», disse, acrescentando que esta ligação atualmente está rompida. «Custe o que custar, não vamos permitir que o crime organizado imponha seus padrões e seus costumes à população do Rio de Janeiro», atacou. Ele evitou, porém, explicar a demora da polícia carioca em invadir o morro Santa Marta, onde há seis dias é travada batalha entre duas quadrilhas de traficantes.

Cabral deve adotar o modelo mexicano de reforma agrária

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), na tentativa de reduzir a resistência do centro e da direita na Constituinte contra a imissão imediata da posse da terra, pode introduzir em seu Substitutivo, que será entregue hoje ao presidente da Constituinte, o modelo mexicano de reforma agrária. Por ele, o Governo só pode desapropriar até dois terços da fazenda em questão, cabendo ao proprietário escolher o terço da terra que permanecerá em sua posse.

Para o senador José Ignácio (PMDB-ES), relator-auxiliar de Cabral, a questão da imissão da posse sofre a resistência do centro e da direita, sob a alegação de que o texto proposto por Cabral gera o decurso de prazo, figura inexistente no direito brasileiro: «Pelo texto em discussao, se o Judiciário não decidir sobre a liminar para a imissão da posse em 90 dias, ela estará aprovada automaticamente por decurso de prazo. Acho que a solução para esse impasse vai nascer ao se priorizar no Judiciário as decisões sobre reforma agrária, criando inclusive justiças especiais para essas questões, mas sem fixar prazos ou prever decurso de prazo».

Anistia

A anistia ainda era uma incógnita ontem à noite e não se sabe ainda se ela terá uma solução até às 17 horas de hoje, quando o substitutivo será entregue ao deputado Ulysses Guimarães. José Ignácio informou que os três pontos de choque são a reintegração, a forma de remuneração e a idéia de abranger ou não os cassados em 1969 pela provável falsificação da assinatura do então presidente Costa e Silva. Ele adiantou que sobre os cassados no período da doença de Costa e Silva, há um texto praticamente fechado: «A idéia é permitir aos punidos no período de setembro a dezembro de 1969 requerer a revisão de seus casos junto ao Supremo Tribunal Federal, comprovando a existência de erro material. Caso o Supremo lhes dê ganho de causa, eles usufruiriam de todos os benefícios e indenizações da anistia».

Quanto aos cassados a partir de 1946, ele prevê que não serão reintegrados e nem ressarcidos.

Reviravolta

Até segunda-feira à noite questões como minorias, eram tidas como fechadas, mas ontem as principais lideranças negras, indígenas e do movimento ecológico foram surpreendidas por uma tentativa de redução dos direitos conquistados nas comissões temáticas e mantidos no primeiro texto de Cabral. Segundo o deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), que auxilia o relator na feitura do substitutivo, a esquerda foi imediatamente mobilizada e conseguiu manter as conquistas essenciais das minorias, como os artigos do meio ambiente e a criminalização da discriminação racial.

Planalto crê que tem maioria

O Palácio do Planalto está certo de ter o apoio de 60% da Constituinte, isto é, de aproximadamente 340 deputados e senadores, à tese do presidencialismo, com o mandato de cinco anos.

Essa informação foi prestada ontem pelo senador Edson Lobão, do PFL do Maranhão, que admitiu estar trabalhando em favor do presidencialismo. Segundo o representante maranhense, o presidente José Sarney também atuando junto aos constituintes, em favor da manutenção do atual sistema de Governo.

"O presidente Sarney havia concordado com o presidencialismo mitigado, admitindo a criação da figura do primeiro-ministro" — contou Lobão, acrescentando que os parlamentaristas não entenderam a proposta presidencial e inistiram na tese do parlamentarismo puro.

Esclareceu ainda que a proposta presidencialista já está pronta, "para o caso de o parlamentarismo sair vitorioso na Comissão de Sistematização da Constituinte".

"Nessa hipótese — continuou — a Comissão de Sistematização poderá receber emendas de acordo com o regimento da Constituinte".

A expectativa de Lobão é a de que presidencialismo se imponha naquele órgão da Constituinte. Se tal não acontecer, será encaminhada à Comissão de Sistematização e emenda presidencialista preparada pelo deputado Prisco Viana (PMDB-BA), substitutiva desse sistema de Governo.

Nos termos da emenda Prisco, conforme explicou Lobão, além de ser mantido o presidencialimo, ficará criado um conselho de Estado e haverá possibilidade de decretação de estado de emergência, em caso de grave perturbação da ordem interna.

Problemas

A margem dos reparos contidos no comentário de Lobão, segundo o qual os parlamentaristas haviam recebido a mão do presidente Sarney e quiseram tomar-lhe o braço todo. outros problemas preocupavam, ontem, a Assembléia Nacional Constituinte.

De manhã, na solenidade de entrega de medalhas aos agraciados pelo Exército, em virtude da passagem do Dia de Caxias, o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) — um dos que receberam a condecoração alusiva à data — foi tratado com muita frieza pelos ministros militares que o agraciaram.

Tudo se deveu, dizia-se na Constituinte, à ruptura de um compromisso assumido pelo representante amazonense. No último dia 21, Cabral fora homenageado com almoço que lhe ofereceu o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves. Na ocasião, o relator disse ao general Leônidas e aos ministros Moreira Lima (Aeronáutica) e Henrique Sabóia (Marinha), que a definição do papel das Forças Armadas, na futura Constituição, seria praticamente igual à que hoje é estabelecida.

No texto que leu à tarde daquele mesmo dia, aos líderes dos diversos partidos, na Constituinte, Cabral substituiu as expressões "poderes constituídos" (a serem respeitados e defendidos pelas Forças Armadas) por "ordem constitucional."

Esse procedimento — garantia-se — tinha contribuído para deixar o relator em posição difícil junto aos ministros militares.

Além desse problema, a direção da Constituinte recebeu a informação de que o deputado José Genoíno (PT-SP), considerado um dos maiores regimentalistas da Assembléia, obstruiria o andamento dos trabalhos constitucionais, caso as teses sociais mais progressistas fossem rejeitadas pelos constituintes.

Depois de estudar o regimento da Constituinte, Genoíno disse que, na pior hipótese para as forças progressistas, o regimento permitiria a obstrução do exame do projeto de Constituição por 433 dias. Já a hipótese mais favorável admite a obstrução por 4.166 dias, isto é, mais de dez anos.

Decisão poderá ser tomada em plenário

Dois importantes peemedebistas que participaram da redação do projeto de Constituição manifestaram ontem o seu temor de que a radicalização em torno do parlamentarismo poderá lavar os constituintes a uma solução de negociação, em plenário, sobre o sistema de governo. Segundo eles, a radicalização começou quando o presidente Sarney informou o líder do PFL de que dedicaria, a partir de então, todo o seu tempo para convencer os constituintes a aprovar o presidencialismo. Na opinião desses peemedebistas, o relator Bernardo Cabral também estaria forçando essa radicalização ao propor um parlamentarismo quase puro, com o Presidente da República despido da maioria dos seus poderes.

Um dos peemedebistas deixou claro seu temor de que a posição de Cabral fizesse parte de uma estratégia do Palácio do Planalto para, numa solução negociada, levar os constituintes a aprovar um «parlamentarismo presidencializado», onde o Presidente, na prática, continua sendo o chefe do Governo e o primeiro-ministro, «um chefe do Gabinete Civil, só que aprovado pela Câmara dos Deputados».

Segundo esse peemedebista, que possui mandato, a ofensiva contra o parlamentarismo de Cabral será comandada pelo líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, que já defendeu uma fórmula abrandada. Sant'Anna chegou até a propor a retomada dos projetos apresentados pelo senador José Fogaça (PMDB-RS) e Egydio Ferreira Lima (PMDB-PE), que propunham fórmulas mitigadas. Para esse peemedebista, o que Sant'Anna quer, na verdade, é atrair para sua posição senadores e deputados que não aceitam um parlamentarismo puro mas que também não estão interessados em manter os atuais poderes de Sarney.

Outro temor dos peemedebistas: um eventual referendo sobre o parlamentarismo. Na sua opinião, o parlamentarismo poderá ser massacrado nas urnas.

Moderados avaliam seu poder

Dos 93 votos da comissão de sistematização, 52 pertencem aos «moderados». Esta avaliação foi feita pelo próprio grupo, que se reuniu ontem na Fundação Getúlio Vargas para traçar uma estratégia capaz de retirar do substitutivo de Constituição teses que eles consideram inaceitáveis e que traem os acordos feitos pelos dois grandes grupos que trabalham pela obtenção do consenso.

A reunião, convocada pelos deputados Francisco Dornelles (PFL-RJ) e Sandra Cavalcanti (PFL—RJ) tinha inicialmente o objetivo de discutir o substitutivo do relator Bernardo Cabral e fixar os princípios para os textos das emendas que eles pretendem apresentar ao projeto de Constituição. Sem terem acesso prévio ao substitutivo, o que foi amplamente criticado pelos integrantes do grupo, o encontro quase chegou a ser cancelado e só foi mantido para que eles pudessem fazer um levantamento mais preciso do número de votos que possuem na Sistematização.

Depois de repassarem por duas vezes a listagem dos constituintes que compõem a Sistematização, eles concluíram que possuem 24 votos do PFL, 16 do PMDB, 6 do PDS, 3 do PTB e um no PL, PMB e PDC. Mesmo com a maioria de 5 votos, ficou definido que cada um dos integrantes ficará encarregado de conversar com os demais parlamentares, para ampliar esta margem que eles consideram apertada. Eles temem o peso dos suplentes, que podem acabar com esta anunciada maioria.

Reforma Agrária

A maior preocupação do grupo em relação ao substitutivo fica mesmo na reforma agrária. As informações que eles tinham é que o relator vai manter a imissão imediata na posse, o que só interessa a um grupo minoritário, garantiu Sandra Cavalcanti. A deputada destacou ainda que não pode haver, por parte do relator, atropelos no que já ficou acertado em relação à comunicação, empresa nacional e segurança nacional.

A idéia de se iniciar na reunião de ontem a redação das emendas teve que ser abandonada pelo fato do grupo não ter acesso ao substitutivo que será oficialmente apresentado hoje.

De qualquer maneira, ficou acertada uma nova reunião para amanhã, já tendo de antemão a definição de que serão necessárias emendas para a reforma agrária, empresa nacional, anistia, segurança nacional, tributação, estabilidade, sistema de Governo e sistema eleitoral.

Novo regimento

O primeiro-secretário da Constituinte, deputado Marcelo Cordeiro (PMDB-BA), proporá a elaboração de um regimento específico para a votação da Constituição no plenário da Assembléia Nacional Constituinte. Segundo ele, o regimento interno é, em muitos aspectos, confuso e omisso com relação a essa fase, o que pode gerar "intranqüilidade e dúvidas legais", que dificultariam a conclusão dos trabalhos.

Tema de reunião

A intenção do presidente José Sarney, na reunião ministerial de amanhã, é uniformizar a fala do Governo em favor do presidencialismo. A informação é de um ministro de estado com gabinete no Palácio do Planalto, que explicou que o Presidente definiu claramente sua posição em favor do presidencialismo e "não quer mais saber de ministros defendendo o parlamentarismo".

Lima otimista

«Sou um otimista incorrigível. No final tudo vai dar certo, teremos uma Constituição boa e bem elaborada». O comentário é do ministro da Aeronáutica, Octávio Moreira Lima, que participou, ontem, das comemorações do Dia do Soldado.

Sobre a questão da anistia aos militares cassados o ministro não quis fazer comentários alegando que o documento ainda nem foi entregue ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, que também participou da cerimônia militar.

Aval necessário

O Governo Federal não poderá cobrar impostos sem antes consultar o Congresso Nacional e as decisões neste sentido somente terão validade para o ano seguinte ao proposto. A informação é do deputado Benito Gama (PFL-BA), que acredita na aprovação deste item no plenário da Assembléia Nacional Constituinte, uma vez que o assunto já foi aprovado pelas comissões temáticas.

Sedap debate

"O Nordeste e a Constituinte" é o tema do seminário que será aberto em Natal, promovido pela Secretaria de Administração Pública da Presidência da República (Sedap) e que terá a presença do ministro Aluízio Alves. O encontro, que reunirá parlamentares e dirigentes de entidades oficiais e privadas, tem por objetivo coletar subsídios à ação administrativa do Governo Federal, em apoio à ação dos governos estaduais, e organizar, na própria região, as propostas que estão em debate e que possam ser levadas à Constituinte.

Saulo propõe eleições gerais

O secretário-geral do PFL, deputado Saulo Queiroz (MS), tem uma fórmula conciliadora para os que defendem a implantação do parlamentarismo com eleições diretas para Presidente da República: a realização de eleições gerais junto com a disputa pela Presidência da República. Com isso — explica — o mandato do presidente Sarney teria que ser fixado em seis anos, para que em 1990 coincidissem eleições para o Congresso e para os governos estaduais.

Saulo — que se define como parlamentarista clássico — argumenta que a complicação na adoção simultânea desse sistema e de eleições diretas para presidente da República surge apenas se esse pleito for isolado, pois com isso assume importância muito grande. "Se ao contrário disso, realizam-se eleições para Presidente junto com a renovação para a Câmara e o Senado, deputados estaduais e governadores, a disputa para a Presidência não vai implicar em tanta mobilização". Com isso — raciocina ele — desfaz-se o argumento de que um Presidente da República eleito diretamente no parlamentarismo ficaria tão forte a ponto de derrubar logo essa forma de Governo, sendo apenas um chefe de Estado.

Encerrada a discussão

O presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, comunicou ontem que está encerrado em plenário o prazo de discussão do projeto de Constituição. A partir de hoje, quando o relator Bernardo Cabral apresenta seu primeiro substitutivo, o projeto será discutido apenas no restrito âmbito da Comissão de Sistematização, onde poderá sofrer novas emendas.

Parecer

A partir de hoje, até o dia dois de setembro, o substitutivo de Bernardo Cabral entra em fase final de discussão, e, a cada noite, um subscritor de emenda popular, das 120 apresentadas, ocupará a tribuna para defendê-la perante a Comissão de Sistematização. Do dia três ao dia dez, o relator deverá se dedicar a elaborar um parecer sobre as emendas apresentadas a seu substitutivo.

No dia 13 de setembro se inicia o prazo destinado à apresentação de pedidos de destaque de artigos em que seja difícil o consenso para votação. Do dia 14 ao dia 19, o projeto entra em votação, por títulos ou capítulos, votando — em separado os pedidos de destaque. No dia 20, ele será remetido à Mesa da Assembléia Constituinte e para votação em primeiro turno no plenário.